



**CONSTRUINDO ALTERNATIVAS  
PARA ENFRENTAR  
a CRISE CLIMÁTICA**

**Ivan Valente** . Deputado Federal

Foto capa: Pngtree

A foz do Amazonas abriga a maior faixa contínua de manguezais do mundo. Esses manguezais são cruciais para a biodiversidade da região e para a proteção da costa contra a erosão.

CONSTRUINDO ALTERNATIVAS  
**PARA ENFRENTAR**  
**a CRISE CLIMÁTICA**

**Ivan Valente** . Deputado Federal

São Paulo . junho . 2025





# **Sumário**

**Prefácio 6**

**Introdução 8**

**O que são as mudanças climáticas? 10**

**Qual o papel das Conferências do Clima 12**

**Veja as principais decisões tomadas nas COPs  
desde 1992 - Linha do tempo 14**

**A luta pelo clima e pelo meio ambiente no Brasil 16**

**Ivan Valente na luta pelo meio ambiente 18**

**Glossário das mudanças climáticas 20**





# Prefácio



Não há mais tempo. Nos últimos anos a crise climática se descortinou aos olhos de todas e todos nós. Secas severas que duraram longos períodos, secando rios outrora caudalosos da Amazônia; incêndios florestais totalmente sem controle, espalhados por todo o planeta, ainda queimam nossas retinas; chuvas torrenciais, inundações e enchentes, no Brasil e no mundo, como as que aconteceram no Rio Grande do Sul em 2024 e em Valência, na Espanha, no mesmo ano, devastando tudo que encontraram pela frente, ceifando milhares de vidas e deixando outras tantas sem casa e sem sustento.

Ora, todos os avisos já haviam sido dados sobre o aumento vertiginoso da temperatura média do planeta. O mundo já caminha para ultrapassar a marca de 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais, antecipando, inclusive, as previsões de que chegaríamos a isso apenas em 2030.

**A crise climática é real e não podemos permitir que chegue ao ponto de não-retorno, a uma situação em que nada mais possa ser feito! Podemos fazer muito, mas para isso urge começar já a transição energética, abandonar novas prospecções de petróleo, principalmente em áreas tão delicadas como a Amazônia, e reduzir substancialmente a queima de combustíveis fósseis, para adotar formas de produção de energia limpa e renovável.**

O Brasil tem uma enorme oportunidade de liderar esse processo. A COP 30, que será realizada em Belém do Pará, em novembro, vai reunir chefes de estado, equipes de governos, ONGs, movimentos sociais, além de toda a sociedade civil, que vai se debruçar sobre as soluções para reduzir os efeitos da crise climática e apontar os caminhos para a manutenção da vida no planeta! Estaremos lá, confiantes na força das ideias e no trabalho da sociedade organizada e comprometida com a preservação do meio ambiente.

**Ivan Valente . Deputado Federal**

# Introdução



Nos anos da chamada “guerra fria” o mundo vivia sob o fantasma da catástrofe nuclear. A corrida atômica levou o planeta às portas da terceira guerra mundial, envolvendo as maiores potências do planeta à época: Estados Unidos e União Soviética. Por décadas foram promovidos esforços para que essa ameaça fosse atenuada, com acordos para a não-proliferação de armas nucleares e o desarmamento dos países.

Hoje a vida na Terra enfrenta uma ameaça mais concreta e muito mais difícil de superar. As mudanças climáticas já afetam povos, países e ecossistemas inteiros, em alguns casos de maneira irreversível. Além disso, embora os governos ainda sejam os instrumentos mais eficazes para determinar metas e traçar estratégias para o combate ao aquecimento global, a verdade é que a responsabilidade pela emissão de toneladas de gases de efeito estufa todos os anos na atmosfera é do capitalismo e sua lógica irracional de reprodução.

O sistema precisa, todos os dias, produzir mais e mais mercadorias que sejam consumidas com igual velocidade para dar lugar a outras mercadorias que satisfarão desejos que as pessoas ainda nem sabem que têm. Os padrões de produção e de consumo impostos pelo capitalismo estão adoecendo as pessoas e o planeta. Por isso é preciso travar uma disputa de modelo.

O capitalismo em sua etapa neoliberal só produziu mais violência, medo, desigualdade e insegurança em relação ao futuro. A crise climática é mais uma camada da crise multifatorial que o sistema do capital enfrenta. Porém, ao contrário de outras, a crise climática

traz consigo a oportunidade de discutir abertamente a necessidade de superação do atual modelo.

**A transição ecológica é uma chance de reconectar as esquerdas com os anseios mais urgentes do nosso povo. Através dela, podemos voltar a oferecer empregos de qualidade numa nova indústria verde, segurança econômica, planejamento estatal de longo prazo, redistribuição de renda através de um modelo tributário que taxe pesado os poluidores, saúde de qualidade, transporte limpo etc. Em outras palavras, a transição pode ser sinônimo de ecossocialismo. Mas, para isso é necessário abandonar as fórmulas do passado.**

O deputado Ivan Valente tem enfrentado esse debate com a coragem de quem já lutou contra a Ditadura Militar, denunciou o neoliberalismo e está na linha de frente contra a extrema-direita. É de deputados como Ivan que precisamos, se quisermos entrar pra

valer na disputa por outro modelo. As teses de um “capitalismo sustentável” assim como as promessas do desenvolvimentismo, já não param de pé. Por isso, é hora de defender saídas ousadas. E Ivan Valente tem a coragem para tomar essa missão em suas mãos.

Nesse caderno você ficará por dentro dos principais temas da luta socioambiental, o papel (e os limites) das COPs e as principais propostas de Ivan Valente para enfrentar a crise climática. Boa leitura!

**Juliano Medeiros . Instituto Futuro**



# O que são as mudanças climáticas?

As mudanças climáticas referem-se às alterações de longo prazo no clima do planeta Terra, causadas principalmente pela elevação das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera. Esses gases, como o dióxido de carbono ( $\text{CO}_2$ ), metano ( $\text{CH}_4$ ) e óxidos de nitrogênio ( $\text{NO}_x$ ) são produzidos pelas atividades intensivas da indústria e do agronegócio e ampliam o efeito estufa natural, provocando o aquecimento global. Embora variações climáticas sempre tenham ocorrido, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU, afirma com ênfase que a atual crise é resultado da ação humana.

Segundo o Relatório de Avaliação do IPCC (AR6), publicado em 2021-2022, as atividades humanas já elevaram a temperatura média global em cerca de  $1,1^\circ\text{C}$  desde os níveis pré-industriais do início do século XIX, e é provável que essa elevação ultrapasse  $1,5^\circ\text{C}$  de forma permanente nos próximos anos se não houver uma drástica redução nas emissões.





É fundamental destacar o papel do modelo capitalista de produção e consumo como motor das mudanças climáticas. O capitalismo, centrado na lógica do lucro e do crescimento econômico infinito, impôs padrões insustentáveis de exploração dos recursos naturais e de consumo de energia baseada nos combustíveis fósseis. A industrialização acelerada, a obsolescência programada, o hiperconsumo e a concentração da produção em grandes corporações transnacionais resultaram em uma dinâmica incompatível com os limites do planeta. Apenas 100 empresas são responsáveis por mais de 70% das emissões globais de CO<sub>2</sub> desde 1988, segundo o Carbon Disclosure Project.

A crise climática, portanto, não é apenas um fenômeno ambiental, mas também político e econômico. Enfrentá-la requer questionar os alicerces de um sistema que prioriza a acumulação de capital em detrimento do equilíbrio ecológico e da justiça social. O IPCC já alertou que as janelas de oportunidade para limitar o aquecimento global estão se fechando rapidamente. Mudar os padrões de produção e consumo não é mais uma opção, mas uma urgência histórica.

# Qual o papel das Conferências do Clima

As Conferências do Clima da ONU, conhecidas como COPs (Conferência das Partes), são encontros anuais promovidos pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), criada em 1992 durante a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro.

O principal objetivo dessas conferências é reunir os países signatários para debater, negociar e tomar decisões coletivas sobre estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas, com base em dados científicos apresentados, sobretudo, pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Ao longo dos anos, algumas COPs se destacaram por decisões históricas. A COP3, em 1997, resultou no chamado Protocolo de Kyoto, que estabeleceu metas obrigatórias de redução de emissões para países desenvolvidos.



Já a COP21, realizada em Paris em 2015, representou um marco ao aprovar o Acordo de Paris, no qual quase todos os países se comprometeram a limitar o aquecimento global a bem menos de 2°C — preferencialmente 1,5°C — acima dos níveis pré-industriais. O Acordo também introduziu as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), planos voluntários de ação climática para combater o aquecimento global que os países devem revisar e atualizar periodicamente.

Apesar dos avanços diplomáticos, as COPs também enfrentam limites significativos. Muitos compromissos são vagos, não vinculantes e dependem da vontade política dos governos nacionais. O próprio Acordo de Paris, embora ambicioso em metas, não prevê sanções em caso de descumprimento. Nas edições mais recentes, como a COP26 (Glasgow, 2021) e a COP28 (Dubai, 2023), houve frustração diante da resistência de países e corporações em assumir compromissos mais firmes para reduzir o uso de combustíveis fósseis. Não por acaso as duas últimas COPs foram realizadas em países que são grandes produtores de petróleo (Emirados Árabes Unidos) e gás (Azerbaijão).

Além disso, os financiamentos prometidos por países desenvolvidos para ajudar na transição climática de nações mais vulneráveis não foram plenamente concretizados. A última COP, realizada em Baku (2024), estipulou metas de aporte financeiro muito aquém do necessário para custear a transição. Assim, as COPs revelam tanto a urgência quanto a complexidade da governança climática global, onde avanços reais ainda esbarram nos interesses econômicos e geopolíticos de grandes emissores.



## **A COP em BELÉM do PARÁ**

**A COP30 será realizada em 2025 no Brasil. É a primeira edição, desde 2022, em que a COP acontecerá num país democrático, e a primeira vez que o evento acontece no coração da Amazônia. A cidade, até o ano passado, era governada pelo PSOL.**

**A COP30 traz ao Brasil a chance de liderar a agenda climática global, destacando o papel da Amazônia e a transição justa como elementos fundamentais para vencer os desafios impostos pelas mudanças climáticas.**

**No entanto, o país enfrenta desafios internos, como o desmatamento, a pressão do agronegócio, a visão neoextrativista presente mesmo dentro do governo – como mostra a pressão pela ampliação da exploração de petróleo, inclusive na Amazônia – e a conciliação entre desenvolvimento e preservação.**

# Veja as principais decisões tomadas nas

**1992**

**CÚPULA DA TERRA**  
Rio de Janeiro

- Criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).
- Primeiro acordo global reconhecendo oficialmente as mudanças climáticas como um desafio.

**1995**

**COP1**  
Berlim, Alemanha

- Início das negociações para metas mais concretas de redução de emissões.

**1997**

**COP3**  
Quioto, Japão

- Protocolo de Quioto: metas obrigatórias de redução de emissões para países desenvolvidos.
- Estabelecimento do conceito de "responsabilidades comuns, porém diferenciadas".

**2001**

**COP7**  
Marrakech, Marrocos

- Regras detalhadas do Protocolo de Quioto são definidas (os chamados "Acordos de Marrakech").

**2009**

**COP15**  
Copenhague, Dinamarca

- Alta expectativa, mas resultado aquém: Acordo de Copenhague não vinculante.
- Reconhecimento do limite de 2°C de aquecimento.

**2015**

**COP21**  
Paris, França

- Acordo de Paris: todos os países (ricos e pobres) se comprometem a reduzir emissões.
- Meta: limitar o aquecimento a 1,5°C ou no máximo 2°C.
- Introdução das NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas).

# COPs desde 1992

**2018**

**COP24**  
Katowice, Polônia

- Adoção do Livro de Regras do Acordo de Paris, detalhando como monitorar e relatar progressos.

**2021**

**COP26**  
Glasgow, Escócia

- Compromissos para redução de metano, fim do desmatamento até 2030.
- Fracasso em obter um consenso forte sobre eliminação de combustíveis fósseis — termo suavizado para “redução gradual”.

**2022**

**COP27**  
Sharm El-Sheikh, Egito

- Criação do Fundo de Perdas e Danos, voltado para países vulneráveis já impactados pelas mudanças climáticas.
- Avanços tímidos na redução de emissões.

**2023**

**COP28**  
Dubai, Emirados Árabes Unidos

- Primeiro Global Stocktake: avaliação do progresso dos países no Acordo de Paris.
- Reconhecimento explícito da necessidade de reduzir o uso de combustíveis fósseis — porém sem compromisso firme de eliminação.
- Discussões intensas sobre financiamento climático.

**2024**

**COP29**  
Baku, Azerbaijão prevista

- Definiu meta de U\$ 1,3 trilhão para financiamento da transição, mas com pouca clareza das origens desse recurso.
- Continuidade do debate sobre justiça climática e transição energética justa.

# A luta pelo clima e pelo meio ambiente no Brasil



O Brasil enfrenta desafios ambientais graves e complexos, que colocam em risco tanto sua biodiversidade quanto os direitos das populações originárias. Entre os maiores retrocessos recentes está a aprovação do Marco Temporal, que restringe a demarcação de terras indígenas apenas àquelas ocupadas em 5 de outubro de 1988, desconsiderando expulsões e violências históricas. Essa medida ameaça diretamente centenas de povos e territórios, violando direitos garantidos pela Constituição e enfraquecendo a proteção ambiental, já que as terras indígenas são barreiras naturais contra o desmatamento. A medida está sendo contestada no Supremo Tribunal Federal (STF).

Outro ataque é o chamado Pacote da Devastação, um conjunto de projetos em discussão na Câmara dos Deputados que flexibiliza normas ambientais, enfraquece o licenciamento e amplia a liberação de agrotóxicos. Um dos pontos centrais desse pacote é o Projeto de Lei do Autolicensing (PL 2159/2021), recém aprovado pelo Congresso Nacional. Ele permite que empreendedores dispensem análises ambientais detalhadas para obras

e atividades de impacto, abrindo brechas para desastres socioambientais como os de Mariana e Brumadinho.

Além disso, a tentativa da Petrobras de explorar petróleo na foz do Rio Amazonas, especialmente na região da Margem Equatorial, revela o conflito entre os interesses econômicos e a urgência climática. A área é extremamente sensível do ponto de vista ambiental e abriga comunidades tradicionais e ecossistemas ainda pouco estudados. A exploração ameaça romper o compromisso do país com a transição energética e contradiz os discursos internacionais do governo sobre preservação e sustentabilidade. A pressão exercida sobre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) por parte do Ministério de Minas e Energia é descabida e merece nosso repúdio.

Diante desse cenário, destacam-se as atuações firmes das ministras Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima) e Sônia Guajajara (Povos Indígenas). Marina tem resistido a pressões políticas e defendido o fortalecimento das instituições ambientais, como o IBAMA. Já Sônia tem dado visibilidade internacional à luta indígena, articulando a defesa de territórios e saberes ancestrais como parte essencial da solução climática. Apesar dos avanços em alguns setores, o Brasil vive uma tensão permanente entre interesses

econômicos de curto prazo e a necessidade urgente de proteger seus bens naturais e sua diversidade sociocultural.

**Nesse contexto conturbado, a bancada do PSOL tem sido uma voz contundente na preservação ambiental. Enquanto parte da própria esquerda se dobra a visões neoextrativistas e desenvolvimentistas, que não encontram mais amparo científico ou contradizem os compromissos históricos dos socialistas com a vida e o planeta, o PSOL tem sido firme no combate às mudanças climáticas, na defesa da Amazônia, no enfrentamento ao agronegócio predatório e na defesa de uma reforma agrária popular.**



# Ivan Valente na luta pelo meio ambiente

Ivan Valente sempre foi um aliado de primeira hora da luta pelo meio ambiente. Desde o enfrentamento às mudanças no Código Florestal que anistiarão centenas de desmatadores até a denúncia da associação entre agronegócio e o bolsonarismo, Ivan Valente esteve na linha de frente de lutas fundamentais.

Na atual legislatura, **Ivan Valente se destaca mais uma vez, como uma das poucas vozes na denúncia dos riscos**

**envolvendo a exploração de petróleo da Amazônia.** Membro da Rede Global de Parlamentares por um Futuro Livre de Combustíveis Fósseis, **Ivan é autor do PL 1725/2025 que proíbe a exploração de petróleo na Amazônia.** O projeto foi elaborado em parceria com movimentos sociais, intelectuais, pesquisadores e organizações não-governamentais que atuam em defesa do meio ambiente.

Além disso, **Ivan também é autor do substitutivo ao PL 1935/19, visando proibir o fracking no Brasil.** Essa iniciativa busca impedir a técnica de fraturamento hidráulico, utilizada na extração de gás não convencional, que tem sido alvo de críticas por seus impactos ambientais e sociais. O método conhecido como fracking e reconhecidamente poluente e já é proibido em vários países.

**É dele também o PL que cria o Programa Nacional de**



**Fortalecimento dos Conselhos Municipais do Clima e do Meio Ambiente**, voltado à descentralização das políticas ambientais e ao incremento da participação social nas decisões públicas.

**Ivan Valente também é coautor do PL 2634/25 que prevê o fim dos subsídios para as termoeletricas à carvão**, que além de altamente poluentes, também produzem uma energia elétrica que aumenta a conta de energia elétrica da população.

Além disso, Ivan Valente tem denunciado a volta das incineradoras de resíduos, as chamadas “unidades de

recuperação energética” (URE) que estão em construção em Barueri (SP) e na capital do estado, na região de São Mateus. Também tem estado na linha de frente em lutas como a tentativa de derrubada das árvores na Avenida Sena Madureira, o desmatamento do Instituto Butantan, a usina termoeletrica de Caçapava e as queimadas criminosas no interior de SP. Hoje Ivan Valente é membro titular da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados e uma das principais vozes da Frente Parlamentar Ambientalista.

## PROPOSTAS PARA A CRISE CLIMÁTICA

DIANTE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, IVAN DEFENDE:

- Combate ao desmatamento na Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica;
- Não a novas explorações de petróleo, principalmente na Amazônia;
- Sem incentivos à indústria do carvão;
- Energias renováveis para reindustrializar o Brasil e gerar empregos;
- Reforma agrária popular e agricultura sustentável;
- Financiar a mitigação dos efeitos dos eventos climáticos extremos;
- Participação social na definição das políticas ambientais, com os conselhos populares de meio ambiente;
- Proteção aos ativistas socioambientais ameaçados;
- Fim dos incineradores de resíduos, incentivo à reciclagem e compostagem;
- Ratificação do Acordo de Escazú por parte do Congresso Nacional
- Proibição da pulverização aérea de agrotóxicos.
- Fim do fracking para exploração de petróleo e gás.

# Glossário das mudanças climáticas

Quer aprender mais sobre as mudanças climáticas? Então preparamos uma lista dos dez conceitos mais importantes para quem está começando a acompanhar os debates sobre a luta em defesa do meio ambiente:

## 1. Mitigação



Conjunto de ações voltadas para reduzir ou evitar a emissão de gases de efeito estufa, visando conter o aquecimento global. Exemplos: reflorestamento, energia limpa, eficiência energética.

## 2. Adaptação

Medidas que buscam ajustar sistemas humanos e naturais aos efeitos das mudanças climáticas já em curso ou inevitáveis. Envolve obras de infraestrutura, planejamento urbano e proteção de comunidades vulneráveis.

## 3. Transição Energética

Processo de mudança do modelo energético atual, baseado em combustíveis fósseis, para um modelo baseado em fontes renováveis e sustentáveis, como solar, eólica e biomassa.





## 4. Racismo Ambiental

Conceito que denuncia como populações racializadas e marginalizadas (especialmente negras e negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades periféricas) são mais expostas a riscos ambientais e menos contempladas nas políticas públicas.

## 5. Justiça Climática

Princípio que reconhece que os impactos da crise climática afetam de forma desproporcional os países, povos e comunidades mais pobres, que geralmente são os que menos contribuíram para o problema. Exige soluções equitativas e inclusivas.

## 6. NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas)

Compromissos assumidos por cada país no Acordo de Paris para reduzir emissões e enfrentar a crise climática. São revisados periodicamente e refletem o grau de ambição de cada governo.

## 7. Neutralidade de Carbono (Net Zero)

Meta de equilibrar as emissões de gases de efeito estufa com ações de compensação, como reflorestamento, até que o saldo final seja zero. Muitos países e empresas adotaram metas de alcançar o net zero até 2050.

## 8. Gases de Efeito Estufa (GEE)

Gases que retêm calor na atmosfera, contribuindo para o aquecimento global. Os principais são: CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono), CH<sub>4</sub> (metano), N<sub>2</sub>O (óxidos de nitrogênio).



## 9. Acordo de Paris

Tratado global assinado em 2015, durante a COP21, com o objetivo de limitar o aquecimento global a menos de 2°C, com esforços para 1,5°C. É o principal marco atual da diplomacia climática.

## 10. Perdas e Danos

Termo usado para descrever os impactos irreversíveis das mudanças climáticas, especialmente em países pobres que sofrem com secas, enchentes, deslocamentos e destruição. Gerou a criação de um fundo específico durante a COP27.



### EXPEDIENTE

**Textos:** Juliano Medeiros

**Revisão:** Márcio Funcia

**Projeto Gráfico e diagramação:** Cláudia Hernandez

**Coordenação de comunicação:** João Laerte Pacheco



O Brasil tem uma oportunidade única de assumir a liderança da transição energética no mundo, rumo à adoção de energias limpas e renováveis, para reduzir os impactos da grave crise climática que estamos enfrentando! A COP 30 será o momento ideal para isso, especialmente porque ocorrerá na Amazônia, o principal bioma a ser preservado no planeta!

**Ivan Valente . Deputado Federal**



**Escritório em São Paulo:**

Rua Ytaipu, 357 • Saúde • SP • CEP 04052-010  
(11) 95050-4188  
ivalente@uol.com.br

**Gabinete em Brasília:**

Gabinete 230 • Anexo IV • CEP 70160-900  
(61) 3215-5230  
dep.ivanvalente@camara.leg.br



11 95050-4188

@IvanValente

@ivanvalentepsol

/IvanValentePSOL

ivanvalente.com.br

ivanvalente@uol.com.br